



Estatuto do Direito de Oposição

Relatório de Avaliação Anual – Ano 2022

1. Enquadramento

O Direito de Oposição encontra-se definido no artigo 1.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio – Estatuto do Direito de Oposição, e garante “... às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autárquicas e das Autarquias Locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei.”

No n.º 1 do artigo 2.º do mesmo diploma é definida oposição como “... a atividade de acompanhamento, fiscalização, e crítica das orientações do Governo ou dos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais de natureza representativa.”

Nos termos do artigo 3.º da Lei supra referida, são titulares do Direito de Oposição nas autarquias locais os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos que não estejam representados no correspondente órgão executivo, e ainda aqueles que estejam representados na Junta de Freguesia desde que nenhum dos seus representantes, assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. É ainda reconhecida a titularidade do Direito de Oposição aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

Nos termos do artigo 10.º da referida Lei, os órgãos das autarquias locais elaboram o Relatório de Avaliação até ao final do mês de março do ano seguinte àquele que reportam, o qual deve ser remetido aos titulares do Direito de Oposição. Também no artigo 16.º alínea tt) do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estipula o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição por parte da Junta de Freguesia, sendo da competência do Presidente da Junta de Freguesia promover a publicação do relatório através de Edital, conforme alínea s) do n.º 1 do artigo 18.º do mesmo diploma.

Para cumprimento do disposto foi elaborado o presente relatório.

2. Direitos que assistem aos Titulares do Direito de Oposição

No âmbito das autarquias locais, e nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os direitos que assistem aos titulares do Direito de Oposição são:

- a) O direito à informação (artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio);
- b) O direito de consulta prévia (artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio);
- c) O direito de participação (artigo 6.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio);
- d) O direito de depor (artigo 8.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio);
- e) Direito de Pronúncia sobre o relatório de avaliação (art. 10º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio)



JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

3. Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição pela Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho

3.1 Titulares do Direito de Oposição

No presente relatório, que resulta de uma imposição legal consagrada na referida Lei, verifica-se que no caso particular da Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, em face dos resultados das eleições autárquicas realizadas em 26 de setembro de 2021, o PS (Partido Socialista) elegeu 7 (sete) elementos a CDU (Coligação Democrática Unitária) elegeu 7 (sete) elementos, a CNG (Coligação Nova Geração) elegeu 3 (dois) elementos, o BE (Bloco de Esquerda) elegeu 1 (um) elemento e o CDS (Centro Democrático Social) elegeu 1 (um) elemento.

Tendo em conta estes resultados, o executivo desta Junta de Freguesia, eleito pela Assembleia de Freguesia, na sua primeira reunião, realizada no dia 26 de setembro de 2021 é composto unicamente por elementos da lista do PS (Partido Socialista), pelo que são então titulares de direito de oposição, nos termos do artigo 3º da Lei nº 24/98, de 26 de maio, os cidadãos eleitos pelas listas da CDU, CNG, BE e CDS.

Nos termos da alínea tt) do artigo 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 10º da Lei 24/98 de 26 de maio, o órgão executivo deve elaborar, até ao final do mês de março do ano subsequente àquele a que se refere, o relatório do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do referido Estatuto do Direito de Oposição.

3.2 Direito de Informação

Os titulares do Direito de Oposição durante o ano 2022 foram informados, quer de forma protocolar quer verbalmente, de todas as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia e bem como sobre o andamento dos principais assuntos do interesse público, designadamente:

1.ª Alteração Orçamental Modificativa;

Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia;

Relatório de Gestão do Ano de 2021;

Proposta de isenção do aumento de taxas dos espaços do Mercado Semanal para o ano de 2022;

Proposta de Regulamento do Fundo Social de Freguesia da União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho;

Proposta de criação dos galardões Cidade de Alverca e Vila do Sobralinho;

2ª Alteração Orçamental Modificativa;

Atribuição de Topónimos;

Proposta de Projeto de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023;



JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

Mapa Pessoal e Plano Anual de Recrutamento para o ano de 2023;

Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais.

3.3 Direito de Consulta Prévia

No que concerne ao Direito de Consulta Prévia, e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, foram auscultados os representantes dos partidos políticos e coligações com assento na Assembleia de Freguesia, em reunião de 14.11.2022 e facultadas antes da aprovação final, as propostas de orçamento de Receita e Despesa, e os planos de atividade PPA – Plano Plurianual de Atividades e PPI – Plano Plurianual de Investimento. Para pronúncia no âmbito do Direito de Consulta Prévia, dando cumprimento ao aprovado pela Lei 24/98, de 26 de maio, nomeadamente no seu artigo 3.º, exerceram esse direito o Bloco de Esquerda e o CDS.

3.4 O Direito de Participação

Os titulares do Direito de Oposição tiveram direito a pronunciar-se sobre assuntos de interesse público e foi garantido o uso da palavra.

Foi igualmente garantida a presença dos titulares em atos e atividades oficiais (Comemorações do 25 de Abril em Alverca do Ribatejo e no Sobralinho).

Os titulares do Direito de Oposição tiveram direito a participar nas edições de março, junho e novembro de 2022, do Boletim Informativo da Junta de Freguesia.

3.5 O Direito de Depor

De acordo com o artigo 8.º da Estatuto de Oposição, foi garantido o exercício de depor aos partidos políticos da oposição. Contudo, não houve conhecimento do referido direito ter sido exercido pelos partidos acima referidos.

3.6 Direito de Pronúncia sobre o relatório de avaliação

Os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório de avaliação de grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no Estatuto. O presente relatório deverá ser enviado aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre ele se pronunciem e, a pedido de qualquer dos titulares, poderá o respetivo relatório e resposta ser objeto de discussão pública na assembleia de freguesia.

4 Conclusão

Face ao exposto, entende-se que foi assegurado o cumprimento do Estatuto de Oposição na União das Freguesias de Alverca e Sobralinho, durante o ano 2022.



JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

O presente relatório será remetido aos titulares do Direito de Oposição para que os mesmos possam exercer o direito de pronúncia em relação ao grau de cumprimentos dos direitos constantes no Estatuto de Oposição, e, caso algum titular o solicite, ser objeto de discussão pública na Assembleia de Freguesia, nos termos do artigo 10.º do Estatuto de Oposição.

Após o exercício de pronúncia por parte dos titulares do Direito de Oposição, o relatório será publicado por edital, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 18.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Alverca do Ribatejo e Sobralinho, 20 de fevereiro de 2023

O Presidente da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho



- Cláudio Lotra -
Alverca do Ribatejo e Sobralinho